

Valmir: reforma tributária deve redistribuir renda

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu sexta-feira que a proposta de reforma tributária do governo, além de aumentar a eficiência do sistema de arrecadação, procure promover a redistribuição de renda, vista pelo senador como elemento "fomentador da inovação tecnológica e da competitividade, e capaz de propiciar a retomada do crescimento econômico em bases sólidas".

Valmir citou estudos do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal para frisar que o Brasil adota maior tributação sobre o trabalho e o consumo do que sobre o capital. "A taxa efetiva média para o consumo, no Brasil, da ordem de 16,75%, coloca-nos como o detentor da maior taxação nessa modalidade, em confronto com os sete grandes países industrializados", disse.

Valmir afirmou que a baixa tributação do capital no Brasil demonstra que em termos tributários estamos na contramão da tendência internacional, argumentando que "nos países desenvolvidos, em média, o capital é mais taxado que o consumo e o trabalho". Para Valmir, não se pode admitir, numa reforma tributária, o agravamento do ônus já imposto aos assalariados e trabalhadores de baixa renda.



Valmir

Invasão de ministério preocupa senadores

Simon aponta risco à democracia, Suplicy defende diálogo, Ademir aponta falta de opções para servidor, Requião condena ocupação

A invasão do prédio do Ministério da Fazenda e de centrais hidrelétricas por servidores grevistas foi condenada com veemência pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele alertou que gestos como esses não contribuem para a democracia. Disse que as manchetes dos jornais a respeito fizeram-no "lembrar 1954, 1961, 1964, 1968, o AI-5, e me assustam".

O pronunciamento de Simon obteve imediata repercussão em plenário. O senador Roberto Requião (PMDB-PR), mesmo solidá-



Pedro Simon: temores quanto ao futuro da democracia

rio com a reivindicação salarial dos grevistas, condenou a ocupação do ministério. Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou-se preocupado e elogiou a abertura ao diá-

logo por parte do ministro Pedro Malan. Já Ademir Andrade (PA), líder do PSB, disse que não via opções para que os servidores fossem ouvidos. **Página 3**

Senado faz seminário sobre dívida pública e orçamento

O primeiro secretário do Senado, Odacir Soares (PFL-RO), fará a abertura do seminário "A dívida do setor público sob o enfoque orçamentário", que a Consultoria de Orçamentos da Casa promove hoje e amanhã no auditório Petrólio Portella. Coordenado pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado, o evento será aberto ao público e terá reuniões das 9 às 12h e das 14 às 17h.

O objetivo do seminário é tornar acessíveis aos interessados as causas do endividamento público brasileiro. Como parte da programação haverá hoje uma



Odacir Soares

palestra do diretor do Banco Central Carlos Augusto Carvalho sobre "Dívida pública federal - origem e déficit público". O economista Paulo Nogueira Baptista Jr., da FGV/SP, falará amanhã sobre "Dívida pública brasileira em comparação às internacionais".

Projeto sobre crime de militar vai para Câmara

A Mesa do Senado envia hoje à Câmara dos Deputados o projeto de lei, aprovado pelos senadores na última quinta-feira, que transfere para a Justiça comum o julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados ou tentados por militares contra civis.

A modificação dos códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar foi aprovada pelo Senado na forma do projeto substitutivo de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), tendo sido rejeitado o projeto do deputado Hélio Bicudo.

Campos defende ação do Mercosul em favor da Natureza

Página 4

Alcântara alerta para uso especulativo do solo

Senador pede reflexão sobre os graves problemas urbanos do país e o restrito acesso dos brasileiros à moradia, no momento em que a ONU realiza a conferência Habitat 2

Requião elogia Supremo por dar voz à minoria

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse sexta-feira que considera "extremamente saudável o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter conhecido o mandado



Roberto Requião

de segurança impetrado por partidos de oposição na questão da tramitação da reforma previdenciária". Segundo o senador, "a democracia é um sistema que procede pela vontade da maioria, mas se define pela sua essência, e a essência da de-

mocracia é a liberdade de expressão das minorias".

- Se existe um regimento interno e se existem princípios constitucionais, são para ser cum-

pridos. A soberania do Congresso não é tão absoluta que possa esmagar a possibilidade de expressão das minorias. Fez bem o STF que, como ontem na Alemanha, eu pessoalmente posso dizer hoje: temos juízes em Brasília".

Ao comentar a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (a Habitat 2), a se realizar no próximo mês, na Turquia, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou sexta-feira que, no Brasil, os interesses especulativos prevaleçam sobre a função social do solo nas cidades. Ele citou previsões de especialistas, segundo as quais no ano 2000 cerca de 90% do crescimento demográfico nos países em desenvolvimento acontecerá nas cidades, incluindo o Brasil.

- A Habitat 2 será um momento para reflexão profunda sobre a qualidade de vida nas nossas cidades. O processo de modernização se deu com desigualdades. O país teve crescimento industrial, mas convive com uma das maiores concentrações de renda do mundo - afirmou.



Lúcio Alcântara

Lúcio Alcântara disse que o Brasil vive uma situação desconfortável, porque aqui se pode comprar de tudo a crédito, menos uma moradia. Isso acontece porque a maioria da população não tem renda para pagar as prestações de uma simples casa na cidade. O senador citou dados do IBGE, mostrando que, desde 1991, 75% dos brasileiros moram nos centros urbanos. Em 1940, era praticamente o inverso - 85% dos brasileiros estavam no meio rural e só 15% nas cidades.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

ESPECIAL

9h - Seminário "A dívida do setor público sob o enfoque orçamentário", promovido pela Consultoria de Orçamentos do Senado. Local: Auditório Petrônio Portella.

Previsão dos trabalhos para amanhã (terça-feira)

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 81/94, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispondo sobre o *jus postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; *Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/95, que dispõe sobre a participação das associações, entidades de classe e sindicatos nos colegiados de órgãos da administração pública federal; e *PLC nº 98/94, que modifica a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, para estendê-la à segurança, saúde e interesses difusos dos trabalhadores.

COMISSÕES

9h - Seminário "A dívida do setor público sob o enfoque

orçamentário", promovido pela Consultoria de Orçamentos do Senado. Local: Auditório Petrônio Portella.

10h30 - Comissão Temporária da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95.

Pauta: Exposição do ministro dos Transportes, Odacir Klein, referente à Emenda Constitucional nº 7, que trata da navegação de cabotagem e interior. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Resolução nº 123/95 (não terminativo), que dispõe sobre a prestação de informações à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a execução da política monetária pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências; *PLS nº 229/95 (não terminativo), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, e dá outras providências; *Mensagem nº 139/96 (não terminativo), do presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal para contratação de crédito externo, no valor equivalente a até 78 milhões de dólares, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Simon condena invasão de ministério por grevistas

Gesto "não é bom para a CUT, para os funcionários, para a oposição, para o governo, nem para a democracia", alerta senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) condenou sexta-feira a ocupação do Ministério da Fazenda, promovida na quinta-feira por funcionários públicos grevistas, assim como a invasão de centrais elétricas pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), alertando para o fato de que isso não contribui para a democracia. "Acho que a greve é um direito, a reivindicação é um direito, mas isso não é solução. Invadir prédio público, centrais elétricas, o Ministério da Fazenda, e dei-

xar o ministro refém, isso para mim não soma", disse ele.

Na opinião de Simon, gesto como esse "não é bom para a CUT, para os funcionários, para a oposição, para o governo, mas fundamentalmente não é bom para a democracia". Ele considera normal que os trabalhadores reclamem reajuste de salários, "quando o governo abre o Proer para os bancos em crise". No seu entender, "o governo dizer que não tem dinheiro para o funcionalismo é uma interroga-

ção".

O senador conclamou todos a darem sua colaboração para que essas ações dos grevistas não signifiquem o início de um processo preocupante. "Podemos ter divergências com os integrantes do governo, mas eles são democratas e estão abertos ao diálogo". Referindo-se à repercussão na imprensa da invasão do Ministério da Fazenda, Simon disse que já viu muitas manchetes temerárias como essas. "Fazem-me lembrar 1954, 1961, 1964, 1968, o AI-5, e me assustam".



Gilvam Borges

Gilvam quer que estados legislem sobre direito penal

Proposta de emenda à Constituição atribuindo aos estados e ao Distrito Federal a competência de legislar sobre direito penal, processual penal, tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico foi apresentada sexta-feira pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele quer modificar os artigos 22 e 24 da Constituição, que atribuem à União competência exclusiva para legislar sobre essas matérias.

Ao justificar sua proposta, Gilvam argumentou que o modelo federalista brasileiro, de tradição autoritária e vertical, representa uma de nossas grandes contradições no campo político-administrativo. Ele disse não ver qualquer razão para manter na órbita federal, de modo exclusivo, a competência para legislar sobre matérias em que se sobressaem aspectos sociais e culturais peculiares a cada região.

Exemplos de matérias que deveriam, de há muito, estar sendo legisladas em nível estadual são, a meu ver, o direito penal e o direito processual penal. Há regiões brasileiras onde até hoje têm atualidade conceitos contidos no Código Penal, tais como *mulher honesta*, *temor reverencial* e a criminalização de práticas como o adultério, coisas que, em centros mais urbanizados do país, soam como medievalismos incompreensíveis - acrescentou.

Requião desaprova, Suplicy elogia diálogo e Ademir vê falta de opções

O pronunciamento do senador Pedro Simon sobre a invasão do Ministério da Fazenda e de centrais elétricas repercutiu no plenário, provocando apartes dos senadores Ademir Andrade (PA), líder do PSB, Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

"Que alternativas têm os servidores para resolver seu problema?", perguntou Ademir Andrade, lembrando que os servidores entraram em greve e "ninguém os ouviu, ninguém sequer os recebeu. Será que foi errado invadirem o ministério?"

Já Roberto Requião, apesar de manifestar-se solidário com a reivindicação salarial, criticou a invasão do Ministério da Fazenda e das subestações de energia de Furnas. Para ele, houve exagero dos funcionários ao invadirem o ministério e transformar o ministro Pedro Malan em "refém". "Não posso concordar com a invasão, que pode ser o prenúncio da



Eduardo Suplicy

invasão do Palácio do Planalto", disse. Requião acha que faltou rigidez ao ministro da Fazenda no episódio.

Eduardo Suplicy mostrou-se preocupado com a invasão do ministério, discorreu sobre como agir para que os grevistas deixassem o prédio da Esplanada dos Ministérios e elogiou a abertura ao diálogo por parte do ministro Pedro Malan. Suplicy lamentou que, quando o governo quer salvar bancos em dificuldades, "as coisas andam muito rápido. Na hora de dizer aos funcionários que não haverá reajuste salarial por mais de 12 meses, no mínimo há que se ter res-



Roberto Freire

peito pelos servidores".

INTERFERÊNCIA

Também em aparte a outro tema levantado por Pedro Simon, o senador Roberto Freire (PE), líder do PPS, manifestou-se preocupado quanto à decisão do STF sobre a votação, pela Câmara, da emenda constitucional que muda a Previdência Social. Para ele, apesar de alguns parlamentares de oposição terem festejado a decisão do Supremo de que pode interferir nos trâmites de votação no Congresso, a verdade é que a decisão "atenta contra a harmonia, contra a independência dos Poderes da República".

José Ignácio divulga incentivos ao desenvolvimento do Espírito Santo

Nenhum outro estado oferece tantos benefícios às empresas dispostas a investir, garante o senador capixaba

O amplo sistema de incentivos fiscais e financeiros oferecido pelo Espírito Santo para os investidores internos e externos que se fixarem no estado foi destacado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), ao fazer uma análise das privilegiadas condições e das facilidades de infra-estrutura ali disponíveis.

Conforme o senador, o sistema estadual de incentivos compreende o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e a possibilidade de se postergar o pagamento do ICMS.

José Ignácio Ferreira esclareceu que o Funres oferece



José Ignácio Ferreira

33% de redução no Imposto de Renda e 5% no ICMS às empresas que se instalarem no estado, transformando as parcelas referentes aos descontos em certificados de investimentos. O fundo também se associa a projetos, contribuindo com até 30% dos recursos necessários à sua implantação. O Fundap, ao mesmo tempo em

que estende para 90 dias o prazo de recolhimento do ICMS, devolve aos importadores, cujas empresas tenham sede fiscal no estado, os recursos arrecadados, na forma de financiamentos subsidiados, com prazo de pagamento de até 25 anos e juros de 1% ao ano, livre de correção.

Nenhum estado brasileiro oferece benefícios semelhantes - garantiu José Ignácio Ferreira, lembrando que, além desses, a postergação do recolhimento do ICMS por 180 dias, durante 60 meses, é concedida pelo Espírito Santo para empreendimentos no interior do estado e, por 24 meses, para os localizados na Grande Vitória.



Ademir Andrade

Ademir pede que governo indenize desabrigados no PA

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou sexta-feira sua expectativa de que o Ministério de Minas e Energia e a Eletronorte solucionem definitivamente a situação de 3.500 famílias desabrigadas em decorrência da formação do lago da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. São moradores dos municípios de Novo Repartimento, Breu Branco, Tucuruí, Goianésia, Itupiranga e Jacundá, que aguardam uma indenização justa pela perda de suas terras.

Conforme o senador, em 1978, quando do início da inundação das terras, foi dito a esses trabalhadores que não deveriam fazer benfeitorias em suas propriedades, visto que seriam indenizados. Ademir explicou que todos aguardavam que essas indenizações fossem pagas no curso de dois meses após a vistoria feita pela Eletronorte, mas na verdade elas só começaram a ser pagas quatro anos depois, tornando maior o prejuízo dessas famílias, que deixaram de plantar até cultura de subsistência.

Ademir disse que "a Eletronorte não cumpriu o que devia, pois não considerou, no pagamento das indenizações, os prejuízos decorrentes de quatro anos que essas famílias ficaram sem plantar".

Júlio Campos defende ação do Mercosul pelo meio ambiente

O senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou sexta-feira que os países integrantes do Mercosul precisam se antecipar na questão ambiental e criar mecanismos de salvaguarda a serem



Júlio Campos

o meio ambiente.

Campos elogiou a criação de um subgrupo técnico do Mercosul, a partir da Reunião Especial de Meio Ambiente (Rema), em 1992, com a finalidade de analisar a legislação vigente nos Estados-partes e propor as ações a serem empreendidas nas diversas áreas, com o objetivo de proteger os recursos naturais. No entanto, disse que nessa matéria os países do Mercosul precisam ainda ca-

minhar bastante, "embora o Brasil esteja mais avançado".

Na avaliação de Júlio Campos, esperar que retalições comecem a afetar o comércio com esses países para depois agir poderá ser uma atitude muito danosa e prejudicial ao Mercosul. Deixar que cada país tome suas decisões de forma isolada poderá provocar sérias discrepâncias. O senador observou que não será possível criar regras duráveis de comércio e concorrência deixando de lado setores clássicos da política ambiental, como água, ar, produtos químicos, resíduos e ruídos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mírcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Azevedo e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal